



Governo do Estado de  
**RONDÔNIA**

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Ofício nº 913/2020/SUPEL-CEL

Ao Senhor,  
Marcos Tadanori Ito  
Presidente do Conselho Regional de Administração de Rondônia - CRA/RO  
Rua Tenreiro Aranha, n.º 2978 e 2988, Bairro Olaria  
CEP: 76801-254 – Porto Velho/RO

Assunto: **Resposta ao pedido de impugnação.**

Senhor Presidente,

1. Trata-se de resposta ao pedido de impugnação encaminhado no dia 30/07/2020 às 11 horas e 25 minutos para o e-mail celsupelro@gmail.com.

1.1. **DA ADMISSIBILIDADE**

a) O pedido fora encaminhado no dia 30/07/2020, considerando que a data de abertura está pré agendada para o dia **06/07/2020, às 10 horas** (horário de Brasília), recebemos e conhecemos, portanto, da impugnação interposta, uma vez que ela reúne as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade, logo o seu pedido é tempestivo.

2. **DA INFORMAÇÃO INICIAL**

a) Inicialmente cabe ressaltar que, a lei conferiu à Administração, na fase interna do procedimento, a prerrogativa de fixação das condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório, seguindo critérios de conveniência e oportunidade de acordo com o objeto a ser licitado e sempre balizado pelo interesse público e normas cogentes;

b) Outrossim, a Administração não pode realizar contratações aventureiras, tendo o dever de zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado;

3. **DO PEDIDO**

a) O Conselho Regional de Administração - CRA, requer que seja incluso no no edital 266/2020 CEL/SUPEL, a obrigatoriedade de registro no Conselho Regional de Administração de Rondônia, das empresas participantes do certame licitatório, bem como o registro dos atestados de capacidade técnica.

b) Para o pedido basei-se em legislação específica para o Conselho Federal de Administração a saber: - Art. 3º do Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967; Considerando o disposto no Art. 15 da Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965; Considerando o disposto no Art. 1º da Lei 6.839, de 30 de outubro de 1980; Considerando a Resolução Normativa do Conselho Federal de Administração CFA Nº 489 DE 28 DE OUTUBRO DE 2016 que alterou a Resolução Normativa CFA Nº 464, de 22 de abril de 2015.

4. **DO DIREITO**

a) A impugnante alega que o objeto da licitação refere-se à locação de mão de obra que envolve conhecimento das disciplinas integrantes da formação acadêmica da profissão de Administrador, e por essa razão o edital deve conter, obrigatoriamente, que a licitante apresente prova de inscrição no Conselho Regional de Administração.

b) Alega ainda que o objeto que a Administração busca contratar guarda total correspondência às atividades que devem ser desenvolvidas exclusivamente por profissionais formados em Administração.

5. **DA DECISÃO**

a) Antes de proferir a decisão, cabe transcrever na íntegra o objeto a ser licitado:

**"Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de consultoria para elaboração de Planejamento Estratégico e implantação de Gestão de Risco, a fim de atender o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON, de acordo com as especificações contidas neste termo de referência".**

b) Nesse primeiro momento cumpre deixar claro que o objeto a ser licitado não se trata de locação de mão de obra como aduz a impugnante. A Administração busca contratar uma empresa de consultoria, a qual executará um serviço específico. Locação de mão de obra seria caso a Administração desejasse contratar empresa que disponibilizasse profissionais para trabalhar nas dependências do órgão, como por exemplo os serviços terceirizados de Limpeza/Conservação e Vigilância, e até nesses casos não seria cabível exigir dos licitantes o registro no CRA, tendo inúmeros julgados nesse sentido.

c) A licitante afirma que o serviço de consultoria demandado é de atividade exclusiva do profissional de Administração, vejamos: **(Logo, o objeto licitado se enquadra nas atividades privativas da Administração constantes na letra "b" do art. 2º da Lei Federal nº 4769/65, conforme acima citado, qual seja: (...) coordenação e controle dos trabalhos nos campos da Administração, como administração e seleção de pessoal, organização e métodos, orçamentos, administração de material, administração financeira, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que esses se desdobrem ou aos quais sejam conexos. (grifos nossos))**. Alegando que o Artigo 30 da Lei Geral de Licitações 8666/93 impõe em seu inciso "I" o registro ou inscrição na entidade profissional competente.

d) verifica-se equívoco interpretativo da impugnante, em nenhum ponto do Edital e seus anexos dá a entender que o serviço demandado é exclusivo de profissional da Administração. O entendimento das cortes de contas e doutrina é uníssono no sentido de que a lista contida no artigo 30 da Lei nº. 8.666/93 é exaustiva e impõe limites para as exigências contidas nos editais de licitação a fim da verificação da capacidade técnica das licitantes. Note-se que a lei não impõe a obrigatoriedade de inserção nos instrumentos convocatórios de todas as exigências ali contidas. Portanto, fica à critério da Administração, de acordo com as peculiaridades de cada objeto, a definição de quais, dentre os documentos elencados em lei, são imprescindíveis para a demonstração da aptidão da licitante. O objetivo da lei de licitações foi limitar as exigências àquelas descritas em lei, sob pena de comprometimento da competitividade do certame.

e) Para corroborar tal entendimento, cito a lição do mestre Marçal Justen Filho:

*"O elenco dos arts. 28 a 31 deve ser reputado como máximo e não como mínimo. Ou seja, não há imposição legislativa a que a Administração, em cada licitação, exija comprovação integral quanto a cada um dos itens contemplados nos referidos dispositivos. O edital não poderá exigir mais do que ali previsto, mas poderá demandar menos"* (Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13 ed. P. 386).

f) Especificamente quanto ao inciso I do artigo 30, a melhor doutrina já se posicionou no sentido de que tal exigência só pode ser aplicada quando houver lei que restrinja o livre exercício de alguma atividade, como é o caso da atividade de engenharia, a qual, por força da Lei nº. 5.194/66 deve ser registrada no CREA. Mais uma vez cito aqui Marçal Justen Filho:

*"(...) a engenharia é a única profissão que exige que o sujeito comunique cada atuação à entidade profissional. (...) Por decorrência, as entidades de fiscalização somente podem confirmar se o sujeito está regularmente inscrito em seus quadros. Não dispõem de qualquer informação acerca do efetivo exercício da profissão – ressalvadas as hipóteses de punições e questões similares. Logo não há cabimento em subordinar a prova do exercício de um serviço (que não caracteriza atividade de engenharia) ao registro da declaração no órgão de fiscalização. (...) Muito menos cabível é a instituição de registro dessa ordem através de atos sem cunho legal, adotados por parte dos conselhos de fiscalização. O registro é não apenas ilegal, mas inútil – já que o conselho não poderá confirmar a veracidade de seu conteúdo. Por decorrência, tem de interpretar-se a exigência de registro como limitada ao exercício da atividade de engenharia (em sentido amplo)." (Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13 ed. P. 386).*

g) Assim, resta claro que o IPERON, no gozo de seu poder discricionário, ao deixar de exigir registro da empresa e dos atestados atua dentro da legalidade e privilegia a competição entre os interessados. Para um melhor esclarecimento citamos o entendimento do TCU a respeito de tema similar:

h) Acórdão 2475/2007- Plenário em seu item 3- Conclusão da Instrução Preliminar- afirma que: "O caso concreto ora analisado, a exigência de a empresa licitante e profissional de seu quadro permanente estarem inscritos no Conselho Regional de Administração - CRA não é razoável, vez que restringe o universo de possíveis participantes do certame sem restar caracterizada a necessidade de imposição da referida regra para execução satisfatória do objeto da licitação. Harmonizando-se com esse entendimento, o CRA/SP (Conselho Regional de Administração em São Paulo) respondeu consulta formulada pelo SESVE/SP na qual afirmou que as empresas de segurança e vigilância não são obrigadas ao registro junto ao CRA, por se tratar de atividades não relacionadas àquele conselho (fls. 87/88)".

i) Dessa forma, nosso entendimento é o de que, acrescentar exigência de registro do licitante no Conselho Regional de Administração constituiria, inequivocamente, restrição indevida ao caráter competitivo do certame, violando o Princípio da Ampla Concorrência, disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93, § 1º, I, observe-se:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

"- admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991."

j) Por todo o exposto, considero o pedido de impugnação improcedente, tando para com relação a obrigatoriedade de registro das empresas participantes, bem como a exigência de dos registro dos Atestados de Capacidade Técnica .

Atenciosamente,

**EVERSON LUCIANO GERMINIANO DA SILVA**

Pregoeiro CEL-SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Everson Luciano Germiniano da Silva, Analista**, em 03/08/2020, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0012731293** e o código CRC **6F1CBC2A**.